

economia

RS estima perda de R\$ 5,2 bilhões com novo ICMS

Projeto envolvendo combustíveis terá nova apreciação na Câmara

/ TRIBUTOS

Nícolás Pasinato

nicolasp@jcrs.com.br

O projeto que fixa o limite de 17% para a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre itens considerados essenciais, como combustíveis, energia, telecomunicações e transporte coletivo representará uma queda de arrecadação de R\$ 5,2 bilhões ao Estado. A estimativa é da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, que, assim como os demais estados do País, mantém posição contrária à medida. Na noite de segunda-feira (13), a proposta avançou no Senado Federal, com 65 votos a favor e 12 contra.

“O PLP 18/2022 vem sendo debatido de forma muito rápida e sem atendimento às ponderações dos demais entes federativos e poderá representar uma queda, em seu conjunto, sem transição, na arrecadação do Estado da ordem de R\$ 5,2 bilhões ao ano”, afirma

o secretário de Estado da Fazenda, Marco Aurelio Santos Cardoso. No Rio Grande do Sul, o ICMS de combustíveis, energia e comunicação é de 25% hoje.

Segundo ele, há ainda incertezas sobre a regulamentação dos mecanismos de ressarcimento pela União quanto às perdas que os estados sofrerão caso a proposta seja sancionada. “A experiência passada de redução pelo Congresso de ICMS com compensação financeira pela União (Lei Kandir) gerou um gigantesco contencioso jurídico que persistiu por décadas”, ponderou o secretário.

O texto-base aprovado prevê que se a redução de receitas dos estados superar 5%, a União deverá ressarcir os governos estaduais por meio do abatimento da dívida. Entre as mudanças no Senado, foi incluída uma forma de compensação da perda de receitas para Estados sem dívida com a União (há cinco estados hoje nessa posição). Nesses casos, a compensação será feita, de acordo com a mudança

feita pelo Senado, em 2023, com recursos da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) e com a priorização na contratação de empréstimos da União.

Outra mudança feita pelo relator da matéria, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), foi definir que a compensação será sobre o serviço da dívida e não sobre o estoque. Além disso, será permitida a compensação por meio de ajuste com empréstimos já feitos com outros credores, com aval da União.

Bezerra acolheu, ainda, uma emenda para estabelecer que a perda de arrecadação deve ser calculada mês a mês, na comparação anual, com valores corrigidos pelo IPCA. Além disso, o gatilho de 5% de perda de arrecadação passa a ser acionado para cada bem ou serviço, e não mais sobre o total da receita do estado com o ICMS.

Após a votação do texto-base, o único destaque aprovado determina que a União deve compensar os Estados e municípios para que mantenham a execução



MARIANA ALVES/ARQUIVO/JC

Preço dos combustíveis impactou no elevado valor do IPCA em abril

proporcional de gastos mínimos constitucionais em saúde e educação na comparação com a situação em vigor antes de a lei do teto entrar em vigor. Nesse caso, foram 45 votos a favor do destaque e 26 contra.

A Fazenda do Estado coloca em dúvida a eficácia da medida do governo federal para a redução de preços dos combustíveis para o consumidor final. O secretário da Fazenda lembra que o Rio Grande do Sul já reduziu o ICMS de gasolina e álcool de 30% para 25% neste ano. Além disso, desde novembro de 2021, o Estado mantém congelados os valores de referência para a cobrança do ICMS, o que não vem resultando na queda de preços aos consumidores.

Cardoso traz o exemplo do diesel, que, no Rio Grande do Sul, possui uma alíquota de 12%, a menor entre os estados. “Como esses 12% estão aplicados sobre o preço de novembro de 2021 e o preço na bomba aumentou muito, é como se estivéssemos praticando cerca de 9% no preço final”, relata.

Segundo o líder da pasta, como resposta à alta de preços dos combustíveis, o Piratini vem defendendo, desde 2019, uma ampla reforma tributária para o País. “Entendemos como correta a redução dos impostos para a população, desde que isso não signifique a precarização de serviços às pessoas e a não observância dos adequados planejamentos orçamentários”, defende Cardoso.

Redução é ineficaz e greve de caminhoneiros ‘não demora’

A Abrava (Associação Brasileira de Condutores de Veículos Automotores) afirmou na terça-feira que a redução do ICMS sobre o diesel é ineficaz e que, diante da perspectiva de novo aumento de preços, uma greve “é o mais provável e não demora muito”.

Em nota, a associação liderada pelo caminhoneiro Wallace Landim, conhecido como Chorão, reforça críticas sobre a condução da crise pelo governo, que vem anunciando “medidas tabajaras” de olho na reeleição, em vez de focar em mudanças na política de preços da Petrobras.

“Qualquer percentual, de qualquer produto, que se anuncie retirar do preço do combustível será ineficaz para sua efetiva redução”, informou o texto divulgado com comentários sobre a aprovação pelo Senado, na segunda-feira, de projeto que estabelece teto para o ICMS sobre os combustíveis.

A Abrava argumenta que os impactos da medida serão temporários, já que o mercado espera novos reajustes nas refinarias para

acompanhar a alta das cotações internacionais do petróleo e da desvalorização cambial.

Segundo dados da Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis), o preço médio do diesel nas refinarias brasileiras está hoje R\$ 0,99 por litro abaixo da paridade de importação, conceito usado pela Petrobras em sua política de preços.

É o quinto dia seguido com defasagem acima de R\$ 0,90 por litro do diesel, escasso no mercado global devido a cortes na produção russa e maior uso em térmicas. Na gasolina, ainda segundo a Abicom, a diferença é de R\$ 0,73 por litro.

“Não é preciso ser um economista para chegar à conclusão que dois ou três aumentos consumirão toda a redução que se pretende nos tributos, correndo risco do litro desses combustíveis ficarem ainda mais caros”, contestou a Abrava.

Para a associação, o esforço para reduzir tributos sobre os combustíveis mostra “um governo desesperado”.

Lira diz que estados brasileiros não têm crise

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta terça-feira que os estados não estão tendo crise e acusou os governos estaduais de terem um problema abusivo de arrecadação e darem aumento ao funcionalismo “de maneira até irresponsável”.

Em entrevista à CNN Brasil, Lira negou que o Congresso tenha intenção de diminuir a arrecadação de estados. Segundo ele, o objetivo é que “as arrecadações não cresçam exponencialmente como elas vinham fazendo em cima da população, num processo inflacionário que não é desencadeado apenas no Brasil.”

“Nós sairemos de uma previsão de alta de arrecadação nesses itens que estão sendo regulados de R\$ 116 bilhões a mais do que em 2021 para possivelmente R\$ 70 bilhões, R\$ 80 bilhões em 2022”, disse. “Mas é de alta de arrecadação comparado ainda com 2021, o que rechaça qualquer hipótese a princípio de perda de recursos em educação e saúde.”

Lira comentava especificamente uma mudança em relação ao texto aprovado na Câmara. Os

senadores incluíram dispositivo que obriga a União a compensar estados com os valores da arrecadação que seria destinada para o Fundeb e para os mínimos constitucionais destinados à saúde e à educação.

Ele reforçou que não haverá queda de receita para os estados, mas sim uma diminuição crescente de arrecadação em cima de combustíveis, energia e comunicações que será compensada pelo aquecimento da economia, aumento do consumo e menor sonegação, além de pelo crescimento da arrecadação.

Lira criticou estados e Petrobras e disse que não há por que, em momento de crise, ambos “estarem arrecadando horrores nas costas de quem hoje não pode ter o mínimo.”

“A essencialidade atinge de modo frontal o problema abusivo de arrecadação dos estados, que não estão tendo crise. Estão dando aumento ao seu funcionalismo de maneira até irresponsável, aumentando índice de responsabilidade fiscal de trinta e poucos para 48%, 50%. E fazendo uma política, na

contramão da crise, de muito populismo em seus estados”, disse.

O presidente da Câmara negou que o estabelecimento de um estado de calamidade seja a solução para a crise de preços de combustíveis e energia enfrentada pelo país.

“O estado de calamidade traz efeitos danosos para a economia, A melhor saída é diminuição de impostos”, disse.

“Em alguns casos, zerar os impostos, tanto federais como estaduais. Qualquer coisa além disso vai depender do momento, da gravidade, da extensão dessas medidas e do desenrolar.”

